

A BIBLIOGRAFIA NACIONAL PORTUGUESA – NOVAS EXIGÊNCIAS, NOVOS MODELOS E SERVIÇOS

Maria Luísa F. N. Santos

Biblioteca Nacional de Portugal

Campo Grande, 83

1749-081 LISBOA

Tel: 217982000

E-mail: mldsantos@bnportugal.pt

RESUMO

Analisa-se o papel das bibliografias nacionais no contexto actual, comparam-se bibliografias nacionais de diferentes países e apresentam-se os objectivos, requisitos e características do futuro serviço da bibliografia nacional portuguesa em linha.

PALAVRAS-CHAVE: Bibliografias nacionais

AS BIBLIOGRAFIAS NACIONAIS

Nos últimos anos as bibliografias nacionais têm sido objecto de estudo e redefinição por parte das agências bibliográficas nacionais / bibliotecas nacionais nos vários países, em paralelo com a revisão e actualização legislativa referente ao depósito legal. Estas redefinições e revisões resultam, fundamentalmente, da necessidade de adequar os quadros legislativos e os serviços disponibilizados às novas formas de publicação e à crescente presença das publicações electrónicas em geral, com especial relevo para as publicações *web*. A própria IFLA criou, em 2002, um grupo de trabalho para desenvolver e actualizar as recomendações e directrizes para as bibliografias nacionais, de que resultou, em 2008, o documento *Guidelines for National Bibliographies in the electronic age*, depois publicado em 2009.

Em Portugal, a edição impressa da Bibliografia Nacional Portuguesa teve o seu início em 1935, sob a designação de *Boletim de Bibliografia Portuguesa*. Suspensa entre 1988 e 1995, foi retomada no segundo semestre desse ano sob a forma de CD-ROM e com a designação de *Bibliografia Nacional Portuguesa*. Editada duas vezes por ano, foi reunindo cumulativamente os registos bibliográficos correspondentes às obras entradas na Biblioteca Nacional, por Depósito Legal, entre 1935 e Dezembro de 2000. A partir do primeiro trimestre de 2003 passou a estar disponível em linha, reunindo toda a informação que constava da edição em CD-ROM e com a publicação de três números anuais. Os registos que dela constam derivam do catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), do qual são também parte integrante. Os desenvolvimentos sentidos nos últimos anos no mundo da edição, aliados aos avanços a nível tecnológico, levaram-nos a reflectir sobre o papel e a utilidade da bibliografia nacional, tendo como objectivo torná-la um instrumento efectivamente relevante para as actividades de um vasto leque de utilizadores,

profissionais e não profissionais, tendo-se iniciado em 2009 o processo tendente à criação de um novo serviço.

Embora as bibliografias nacionais tenham características comuns, resultantes do facto de reunirem a informação sobre a produção editorial de um país, elas diferem entre si, quer a nível de conteúdos, quer em relação a aspectos como a organização da informação, as modalidades de acesso, a apresentação dos dados, as funcionalidades de pesquisa e as possibilidades de aproveitamento e reutilização de resultados e dados. Por outro lado, há a considerar todo o potencial que a geração de tecnologias oferece para serviços personalizados, ligação ao mundo Web da indústria editorial e livreira e a comunidades de interesse que, não sendo ainda muito frequentes nas bibliografias nacionais, são hoje aspectos funcionais da maior importância para conferir maior utilidade e relevância prática a um serviço em linha.

Para melhor perspectivar o novo serviço da bibliografia nacional portuguesa em linha, começámos por analisar catorze bibliografias nacionais (Espanha, Finlândia, França, Holanda, Itália, Portugal, Reino Unido / República da Irlanda [1], República Checa, Suécia, Suíça, Austrália, Canadá e Nova Zelândia), identificando formas de publicação e de organização da informação, periodicidade, abrangência geográfica, cronológica e documental, tipos de acesso, funcionalidades de pesquisa e possibilidades de exportação e reutilização de registos.

Muitas das bibliografias nacionais observadas derivam dos catálogos das bibliotecas nacionais ou de catálogos colectivos por elas mantidos [2] e cerca de metade estão organizadas, explícita ou implicitamente, em séries cuja periodicidade pode variar entre semanal e anual. Assumem características de recursos contínuos, com os registos estão disponíveis a partir de uma organização cronológica e com uma interface de pesquisa diferente daquele que é utilizado para acesso ao catálogo. No que toca ao âmbito geográfico, embora todas as bibliografias nacionais reúnam os dados dos documentos publicados no país, algumas incluem também os que são editados no estrangeiro, mas sobre o país e ainda os que são editados nos estrangeiros, mas de autores nacionais. A Bibliografia Nacional Britânica reúne a produção editorial de dois países: Reino Unido e Irlanda. Em relação aos conteúdos, não existe uma designação normalizada para os tipos de documentos

incluídos, o que dificulta a percepção imediata do que cada bibliografia nacional contém, apenas a partir da informação disponível nos respectivos sítios *web*. Contudo, constata-se que os livros (monografias) e as publicações em série são os mais representados, presentes em todas as bibliografias nacionais observadas. Seguem-se a música impressa, a cartografia e os recursos electrónicos de acesso directo (que incluem monografias e recursos contínuos). Três das bibliografias nacionais (britânica/irlandesa, canadiana e australiana) incluem os registos de obras em pré-publicação (CIP - Cataloguing in Publication). Algumas incluem material audiovisual, registos vídeo e também registos sonoros. Embora exista uma relação estreita entre o que é divulgado nas bibliografias nacionais e o que é objecto das leis de depósito legal dos respectivos países, uma bibliografia nacional pode integrar as publicações que estão referenciadas noutras instituições e que resultam da catalogação partilhada - é o caso, por exemplo, da Bibliografia Nacional Australiana, cujos registos identificam a entidade responsável pela catalogação do item, ou da Bibliografia Nacional Britânica, na qual os registos resultam de uma parceria com cinco outras bibliotecas britânicas e irlandesas beneficiárias do depósito legal, a par da *British Library*. A nível da reutilização de registos, só algumas das bibliografias nacionais analisadas o permitem: esta possibilidade vai da exportação de registos em UNIMARC / ISO 2709 ou em MARC21 / ISO 2709, em MarcXchange., em XML, CSV ou mesmo a partir de CD-ROM/DVD. Em certos casos é necessária subscrição para a captura e reutilização de registos.

As funcionalidades de pesquisa nas bibliografias nacionais aproximam-se, na maioria dos casos, das funcionalidades gerais de pesquisa dos catálogos em linha e os índices são os mesmos, embora algumas bibliografias proporcionem mais pontos de acesso do que outras, dependendo também dos tipos de recursos que disponibilizam. A informação pode estar organizada por áreas / classes temáticas, por tipo de publicação, por ordem cronológica, ou conjugando estas diferentes categorias.

A diversidade das bibliografias nacionais espelha uma certa indefinição relativamente a objectivos e destinatários. As bibliografias analisadas, para além de reflectirem, do ponto de vista dos conteúdos, a produção editorial nacional (com algumas variantes, como vimos), não apresentam outras características que as individualizem de forma clara em relação a um catálogo. Este facto foi igualmente constatado por Philippe Cantíe e Anne-Céline Lambotte no estudo que realizaram sobre a Bibliografia Nacional Francesa, a partir de um inquérito aos utilizadores do respectivo sítio *web* e do sítio *web* da BnF (CANTÍE et al., 2008): os utilizadores não reconheciam a diferença entre o catálogo e a bibliografia e esta era muitas vezes considerada redundante em relação ao catálogo. O mesmo acontece com outras bibliografias nacionais que, embora possam ser instrumentos complementares dos catálogos (de bibliotecas nacionais ou colectivos), em termos práticos acabam por ficar um pouco à sombra destes, ou por se fundir neles. Uma outra indefinição que existe é em relação ao tipo de publicação que são as

bibliografias nacionais. Herdeiras das bibliografias impressas ou em CD-ROM, que assumiam o carácter de publicações periódicas, as bibliografias em linha nem sempre mantêm essa característica, pelo menos de uma forma expressa - das bibliografias analisadas, apenas a francesa, a portuguesa e a espanhola o fazem e possuem um número identificador (ISSN no caso da bibliografia portuguesa e da bibliografia francesa, que possui um para cada série, e NIPO - Número de Identificação de Publicações Oficiais, no caso de Espanha).

Existe também uma certa indefinição relativamente aos destinatários e ao modo como se perspectivam as bibliografias nacionais - um produto, mais um recurso de pesquisa ou um serviço. Analisando os sítios *web* das bibliotecas nacionais que disponibilizam as bibliografias em linha, verificamos que estas são assumidas quer como um recurso para pesquisa, quer como um serviço para os utilizadores, de uma forma genérica, destinada a profissionais ou especificamente destinada às bibliotecas; no caso da Holanda surge vocacionada para as bibliotecas e para os editores e livreiros, assim como na Suíça, onde aparece simultaneamente como um serviço para parceiros e como um recurso de pesquisa. É de salientar que, na Suíça, não existe depósito legal a nível nacional, mas sim uma convenção de depósito com as duas associações de editores existentes e, na Holanda, não existe igualmente regulamentação sobre o depósito legal, mas sim um acordo com a Associação de Editores da Holanda no sentido do depósito voluntário de publicações na Biblioteca Nacional; as bibliografias são, nestes dois casos, mais claramente assumidas como uma contrapartida ao depósito feito pelos editores.

Maja Zumer, no capítulo "Value of National Bibliographies : use and users" das *Guidelines for National Bibliographies in the Electronic Age [draft 2008]*, identifica vários grupos de utilizadores (actuais e potenciais) das bibliografias nacionais: as bibliotecas nas suas várias actividades, que vão das aquisições e desenvolvimento de colecções à catalogação, à gestão do depósito legal e aos serviços de referência; o comércio livreiro, que inclui os editores e os livreiros, as agências nacionais ligadas ao financiamento e à estatística, os organismos ligados à gestão dos direitos de autor e o grupo mais heterogéneo de todos, o chamado público em geral. Além destes utilizadores "humanos", os registos das bibliografias nacionais podem ser igualmente acedidos por *software* informático, para efeitos de pesquisa e recolha de dados.

As bibliografias nacionais que, em parte, constituem uma contrapartida à obrigatoriedade de depósito legal ou de mecanismo de depósito equivalente, podem ser um recurso importante para os editores, tanto do sector comercial como não-comercial, quer para efeitos de análise de mercado e de concorrência quer como simples forma de publicitar as edições; dependendo da informação adicional que disponibilizem, podem alargar a sua utilidade a outros aspectos relevantes para a actividade editorial, quer a nível nacional quer internacional, pelo conhecimento que proporcionam da produção nos países que representam. Podem, por exemplo, ser um meio de identificação de tradutores e

ilustradores, ou uma fonte para a selecção de obras a traduzir. Também os livreiros podem beneficiar da Bibliografia Nacional, quer para identificação e selecção de obras a adquirir, quer para informação aos seus clientes. São também vários os serviços e actividades desenvolvidos pelas bibliotecas para os quais a bibliografia nacional pode ser de grande utilidade: na selecção e encomenda de obras e identificação de editores, na catalogação, pela reutilização ou verificação de registos bibliográficos e pela possibilidade de consultar registos de autoridade,

nos serviços mais próximos do utilizador, como no serviço de referência, e ainda na ajuda que pode dar na fundamentação de decisões sobre prioridades de preservação ou de digitalização.

Maja Zumer identifica igualmente as necessidades de informação e os requisitos para cada um dos grupos-alvo das bibliografias nacionais, que se sintetizam no seguinte quadro:

GRUPOS-ALVO	PONTOS DE ACESSO											APRESENTAÇÃO DOS DADOS			ACESSO				
	Autor (qualquer forma do nome)	Palavras no título	Título	Língua/País de publicação	Editor	Data de publicação	Língua original	Público-alvo / Audiência	Assunto (cabeçalho ou palavra-chave) / classificação	Tipo de publicação / género/formato	N.ºs identific. normalizados (ISBN, ISSN, ISMN)	Nome de pessoa / colectividade (registo de autoridade)	Formato standard (...MARC, XML)	Formato de citação bibliográfica	Ligação ao editor (endereço, preços, disponibilidade, termos e condições)	Registos CIP ou ligação ao "Books-in-Print"	Directo (publ. elect.) Localização (publ. tradic.)	Z39.50 ou ZING SRU/SRW	Índice central, criado e mantido com OAI-PMH
Bibliotecas	X		X	X	X	X		X	X	X	X	X		X	X				
Editores					X	X		X	X				X						
Livreiros	X		X	X	X					X		X		X	X				
Utilizadores em geral	X	X		X	X	X		X	X								X		
Estatísticas oficiais				X	X	X	X	X*	X				X						
Gestores de direitos de autor	X**		X								X		X						
Sistemas informáticos / Serviços e portais de pesquisa	X		X		X			X		x								X	X

* Classificação

** Inclui criadores e colaboradores.

As bibliotecas aparecem como o grupo que necessita de mais pontos de acesso: qualquer forma do nome de autor, título, língua e país de publicação, editor, data de publicação, público-alvo (importante para o desenvolvimento das colecções), assunto (cabeçalho ou palavra-chave, classificação), tipo de publicação, nº de identificação normalizado (ISBN, ISSN, ISMN) e ainda nome de pessoa ou colectividade (registo de autoridade). Aparecem a seguir os utilizadores em geral, para quem se identifica a necessidade dos seguintes pontos de acesso: autor, palavras no título, língua e país de publicação, editor, data de publicação, assunto (cabeçalho ou palavra-chave, classificação) e tipo de publicação. Para os livreiros, os pontos de acesso considerados essenciais são: autor, título, editor, data de publicação e nº de identificação normalizado (ISBN, ISSN, ISMN). Para os editores, o editor, a data de publicação, o assunto, o público-alvo e o tipo de

publicação são identificados como sendo os fundamentais. Para responder às estatísticas oficiais, revelam-se importantes a língua, o país e a data de publicação, a língua original, o público-alvo, a classificação e o tipo de publicação. Para as entidades que gerem os direitos de autor, são necessários os acessos por autor e por responsáveis secundários, por título e por nome de pessoa ou colectividade (registo de autoridade); salienta-se ainda a necessidade de, a nível dos registos bibliográficos, ser significativa a agregação de entidades de acordo com os FRBR[3], já que a expressão é porventura o nível mais importante a que os direitos estão associados. Para os sistemas informáticos dos serviços e portais de pesquisa, os acessos por autor, título, data, assunto e identificadores são os considerados fundamentais. Quanto à apresentação dos dados, apenas as bibliotecas e os livreiros são identificados como requerendo formatos *standard* (...MARC, XML), e possibilidade de ligação ao editor, para informação de endereço e sobre preços, disponibilidade, termos e condições de aquisição. Os editores e as entidades gestoras de direitos de autor e estatísticas são apresentados como apenas necessitando

do formato de referência bibliográfica. Quanto aos utilizadores em geral, refere-se que a apresentação de dados deverá contemplar todos os elementos necessários para identificar, seleccionar e permitir a obtenção ou acesso às publicações. Relativamente aos serviços e portais de pesquisa, requer-se o acesso via Z39.50 ou via SRU/SRW ou a existência de um índice central, criado e mantido com OAI-PMH.

No capítulo das *Guidelines for National Bibliographies in the Electronic Age* [draft 2008] a cargo de Beacher Wiggins, sobre os princípios para a selecção do que deve ou não ser integrado nas bibliografias nacionais, considera-se que cada bibliografia nacional deverá estabelecer os seus próprios critérios de selecção, embora esta deva centrar-se no conteúdo e não no formato; aconselham-se as agências bibliográficas nacionais a verificar, de forma contínua, os seus critérios de selecção, revendo-os quando se justificar, para que eles reflitam sempre as necessidades dos utilizadores. O depósito legal, ainda que surja um pouco como *pivot* das bibliografias nacionais, não tem necessariamente de definir os parâmetros dos critérios de selecção das agências bibliográficas. Em relação à inclusão dos recursos electrónicos, a selecção deverá ser feita em função não só do seu próprio custo, mas também dos custos inerentes à sua catalogação, armazenamento, disponibilização e preservação.

Um outro aspecto analisado nas *Guidelines* [...] [4] é o da responsabilidade das agências bibliográficas nacionais a nível da catalogação das bibliografias nacionais. A finalidade da catalogação da bibliografia nacional é determinada pelas responsabilidades atribuídas no quadro da legislação de depósito legal vigente, pelos critérios de selecção e pelas exclusões definidas para a bibliografia nacional e ainda pela disponibilidade de recursos financeiros, humanos e a nível de equipamentos. As bibliografias nacionais podem incluir registos de materiais que não existam nas colecções das bibliotecas nacionais e incluir registos das publicações ainda não editadas, pela ligação aos programas CIP – Catalogação na Publicação. Podem ser produtos derivados da catalogação das colecções das bibliotecas nacionais ou os seus registos podem ser criados e integrados nos catálogos destas. Importante é que esta sobreposição entre a bibliografia nacional e o catálogo da biblioteca nacional seja explorada em termos de eficiência, através da reutilização dos registos ou dos metadados e com um mínimo de intervenção humana. Quanto aos registos, estes devem corresponder ao nível mínimo de funcionalidade definido no relatório final dos *Requisitos funcionais dos registos bibliográficos*, permitindo aos utilizadores encontrar, identificar, seleccionar e obter o que procuram. A conformidade com normas e regras internacionalmente reconhecidas é outra das exigências para os registos que integram as bibliografias nacionais, a par de uma organização e da criação de pontos de acesso que satisfaçam as necessidades dos utilizadores. A IFLA recomenda ainda o acesso temático e a adopção de esquemas de classificação para a organização das bibliografias nacionais, assim como o uso dos identificadores normalizados nos registos – incluindo o Número de Bibliografia Nacional, que não é ainda um

standard formal mas que tem como objectivo permitir a identificação persistente do recurso. O controlo de autoridade, ou normalização dos pontos de acesso, é igualmente fundamental uma vez que suporta as funções de encontrar e identificar e permite relacionar recursos por assunto.

O NOVO SERVIÇO DA BIBLIOGRAFIA NACIONAL PORTUGUESA EM LINHA

A renovação do serviço da Bibliografia Nacional Portuguesa em Linha insere-se num plano mais geral que a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) tem levado a cabo de modernização dos seus serviços de informação bibliográfica, neste caso com destaque especial para os produtos e serviços que se enquadram nas suas funções de Agência Bibliográfica Nacional. À semelhança do que acontece em vários países, os registos da Bibliografia Nacional Portuguesa derivam do catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal, no qual se encontram também integrados. Porém, tendo a bibliografia nacional uma função diferente, deverá adequar-se às necessidades e requisitos de grupos de utilizadores distintos dos que, habitualmente e de modo mais activo, utilizam o catálogo da BNP, passando de produto derivado a serviço de utilidade para esses grupos-alvo. A nível de destinatários e para além do público em geral, a bibliografia nacional pode tornar-se realmente útil, a editores, livreiros, bibliotecas, serviços de informação e organismos oficiais com responsabilidades estatísticas, assim como a serviços que agregam e organizam informação bibliográfica para variados fins [5]. Numa tentativa de aproximação às necessidades concretas dos diversos tipos de utilizadores, procura-se que o acesso à informação da bibliografia nacional seja viabilizado, entre outros critérios combináveis entre si, por tipo de material (livros, recursos contínuos, música impressa, cartografia...), por tipo de audiência (por exemplo, infantil e juvenil), por assunto (esquema de classificação correspondente às áreas temáticas da CDU – Classificação Decimal Universal), por editor, por data de publicação, etc. Adicionalmente, serão contempladas páginas de categorização de novidades, serviços de notificação automática para utilizadores que se inscrevam com determinado perfil, espaço personalizado para guardar listas de preferências, ligação a editores e livrarias em linha onde as novidades podem ser encomendadas, etc. A organização da informação e a forma como esta é publicada e acedida constitui igualmente um dos aspectos relevantes do novo serviço.

Abrangência

Embora as bibliografias nacionais devam procurar cobrir toda a edição nacional, no que toca a diferentes tipos de publicações, em diferentes suportes e formatos, o estabelecimento de critérios de selecção é uma necessidade real e reconhecida. No caso de Portugal, a Bibliografia Nacional tem integrado apenas as monografias e publicações periódicas que entram na BNP ao abrigo da Lei de Depósito Legal, excluindo outros materiais, como a cartografia ou a música impressa. Com o actual quadro legislativo sobre depósito legal e enquanto a sua revisão não concretizar o depósito (ainda que voluntário) de publicações

monográficas ou periódicas difundidas ou acessíveis apenas em redes de comunicação de dados como a Internet, a Bibliografia Nacional iniciará o novo serviço, de forma faseada, com os livros e as publicações em série, impressos ou em formato digital sobre CD-ROM, DVD ou outros, quer sejam edições comerciais, de autor, ou publicações oficiais, música impressa (partituras) e material cartográfico.

Requisitos dos registos da Bibliografia Nacional [6]

Em síntese, os pontos de acesso que constam do quadro que se segue são os que interessarão predominantemente a editores, livreiros, serviços agregadores de informação, serviços gestores de direitos de autor, serviços de estatística e de estudos do livro, bibliotecas e público em geral:

Grupo de entidades	Entidades	Atributos	Elemento da descrição bibliográfica (formato UNIMARC)	Entidades	Grupo de entidades	
Grupo 1	Obra	Título	Título			
		Tipo de audiência	Código de audiência			
		Forma da obra	Código de forma do conteúdo			
			Género literário – código de literatura e de biografia			
	Expressão	Título	Título			
		Língua	Indicador de tradução Língua – da publicação – original			
	Manifestação		Tipo de publicação – tipo de registo – código de publicação oficial – designativo do tipo de publicação em série			
		Título	Título			
		Lugar de publicação	País de publicação ou produção			
		Data de publicação/distribuição	Data de publicação			
		Identificador da manifestação	Números identificadores			
		Menção de responsabilidade	Responsável intelectual	Pessoa Colectividade	Grupo 2	
		Editor / distribuidor	Nome do editor	Pessoa Colectividade		
		Grupo 3	Assunto		Classificação (CDU)	

Organização e acesso à informação

De acordo com o princípio de que os dados bibliográficos devem ser criados apenas uma vez ainda que para finalidades diferentes, a Bibliografia Nacional deverá ir sendo construída a par do processamento bibliográfico das publicações depositadas na Biblioteca Nacional de Portugal ao abrigo da legislação sobre Depósito Legal. Como tivemos já oportunidade de

referir, este é o método mais seguido pelas bibliotecas nacionais ao produzirem as bibliografias nacionais que analisámos, embora nem sempre exista uma distinção clara entre estas e os catálogos das bibliotecas e nem sempre, quando o acesso é feito de forma distinta, exista uma diferença significativa a nível de funcionalidades para o utilizador.

Embora os registos da bibliografia nacional correspondam a parte dos registos integrados no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal, tal como hoje acontece, a sua organização, formas de acesso e interface de pesquisa não têm de ser os mesmos do catálogo da BNP. Nas bibliografias nacionais que analisámos, verificámos que, enquanto algumas quase não se distinguem dos catálogos em que estão inseridas ou do qual derivam, oferecendo, praticamente, as mesmas facilidades de acesso e possibilidades de pesquisa, outras apresentam uma organização própria, como, por exemplo, as bibliografias francesa e holandesa – a primeira partindo de uma primeira abordagem por tipo de material, uma segunda cronológica e uma terceira por assunto, a segunda partindo de uma organização cronológica para uma abordagem por tipo de publicação e, seguidamente, por assunto.

Consideramos que uma organização cronológica da bibliografia nacional pode ser útil, pois permite obter de modo fácil e imediato informação sobre as publicações editadas em Portugal num determinado período de tempo (ano, trimestre, mês...), podendo os períodos abrangidos e a decorrente periodicidade de edição variar de acordo com os tipos de publicação – por exemplo, o volume de edição referente à cartografia pode justificar uma periodicidade mais espaçada relativamente à que requerem as monografias, ou mesmo as publicações periódicas. Este tipo de organização, contudo, só será verdadeiramente eficaz se a Bibliografia Nacional acompanhar de muito perto a data de edição das publicações que abarca

A Bibliografia Nacional Portuguesa contemplará várias possibilidades e níveis de acesso à informação, numa tentativa de aproximação às necessidades mais imediatas dos diversos utilizadores; por exemplo:

1. Acesso pelo tipo de material
 - Livros
 - Livros infanto-juvenis
 - Manuais de ensino
 - Livros traduzidos
 - Publicações em série
 - Publicações oficiais
 - Música impressa
 - Cartografia
2. Acesso temático, através de um esquema de classificação correspondente a áreas temáticas da CDU.
3. Acesso por editor, permitindo obter, de forma imediata, o conjunto de publicações de uma determinada editora.

Funcionalidades para o utilizador

A nível da apresentação de dados, os formatos de citação ou ISBD parecem ser dos mais úteis e imediatos para todos os grupos de utilizadores, mas o formato UNIMARC é também importante, em especial para as bibliotecas, que requerem igualmente a possibilidade de importação dos registos para as suas bases de dados. Para os serviços de agregação e pesquisa de informação e para a reutilização geral de dados o formato XML é também necessário. Do ponto de vista dos utilizadores em geral, a possibilidade de gerar listas bibliográficas a

partir da informação disponível na Bibliografia Nacional é também relevante. Todas estas funcionalidades, incluindo a exportação de registos em ISO 2709 e/ou MarcXchange, existem na generalidade das bases de dados bibliográficos, nomeadamente no catálogo da BNP e na PORBASE.

A criação de ligações aos sítios *web* dos editores, a partir da Bibliografia Nacional, seria útil para uma parte significativa de utilizadores, particularmente para as bibliotecas e para os livreiros, que poderiam consultar directamente os preços das publicações e obter outras informações relevantes para a sua actividade. A possibilidade de personalizar o acesso, através da criação de um espaço de trabalho onde cada utilizador poderia ir recolhendo os registos seleccionados e de um perfil de utilizador ligado a um sistema de geração de alertas sobre novas publicações integradas na bibliografia nacional, seria igualmente interessante, paralelamente à possibilidade de, além da referência bibliográfica, se visualizar a capa, os sumários ou os resumos disponíveis das publicações pesquisadas.

Embora a Agência Bibliográfica Nacional seja a entidade responsável pela divulgação da Bibliografia Nacional, os vários grupos de utilizadores poderão contribuir para tornar mais rápida a sua disponibilização e para enriquecer o seu conteúdo, podendo este tipo de colaboração verificar-se quer a montante, quer a jusante do processamento bibliográfico realizado pelos serviços da BNP. A primeira situação implica o desenvolvimento com os editores de um tipo de relação que pressupõe uma alteração da legislação relativa ao depósito legal actualmente existente, que contemple os editores e não as tipografias como entidades responsáveis pelo depósito, permitindo integrar diversos serviços da Agência Bibliográfica Nacional, como a atribuição de número de depósito legal, os serviços CIP – Catalogação na Publicação e ISSN. A submissão dos pedidos de Catalogação na Publicação (CIP) e de atribuição de nº de DL por via electrónica e de acordo com um formato predefinido permitiria obter ganhos em eficiência e elementos como a imagem da capa, resumo da obra e notas biográficas dos autores poderiam ser enviados, aquando dos pedidos ou juntamente com as publicações depositadas, possibilitando uma divulgação melhorada das obras editadas. Procedimento semelhante ocorreria, em relação às publicações periódicas, com a submissão dos pedidos de atribuição de ISSN e de Depósito Legal por parte dos seus editores. Estas acções viabilizariam a disponibilização, na Bibliografia Nacional, das obras em pré-publicação, à semelhança do que acontece nas bibliografias nacionais britânica, canadiana e australiana. A possibilidade de aproveitar informação constante das bases de dados dos editores é uma hipótese a estudar futuramente, caso os editores portugueses utilizem um formato normalizado para a introdução dos dados nas suas bases e se forem desenvolvidos mapeamentos entre o formato nelas utilizado e o UNIMARC, à semelhança do que já foi feito entre o ONIX (*Online Information Exchange* [7]) e o MARC21. Aos serviços de processamento da Agência Bibliográfica Nacional caberia completar e melhorar os registos e efectuar o necessário controlo de autoridade.

Para além deste contributo inicial específico dos editores, a generalidade dos utilizadores (todos os grupos-alvo da Bibliografia Nacional) poderia acrescentar informações úteis sobre as obras descritas – opiniões, críticas, resenhas, informações complementares, notícias sobre apresentações de obras, sessões de autógrafos, etc. –, embora os dados de base da bibliografia nacional tenham de permanecer intangíveis. A elaboração de listas bibliográficas de acordo com determinados critérios (obras de um autor, ou sobre um determinado tema, por exemplo) a partir da Bibliografia Nacional, além de ser uma possibilidade individual para os utilizadores poderia transformar-se ainda num factor de ligação entre eles, permitindo uma partilha de conteúdos e a reutilização, por parte de terceiros, dos contributos de um utilizador ou de um grupo de utilizadores [8]. Estes dois níveis de colaboração (dos editores, a montante, e da generalidade dos utilizadores, a jusante) colocam problemas distintos: enquanto que a colaboração inicial por parte dos editores é, de certo modo, previsível e implica um trabalho técnico posterior por parte dos serviços da BNP, a colaboração a nível dos utilizadores em geral é imprevisível, coloca questões sobre a utilidade real e a qualidade da informação enviada e sobre a mediação necessária, não parecendo desejável, de momento, que o papel de mediador caiba à BNP, por uma questão de afectação de recursos. Outra questão a resolver seria a do interesse e da possibilidade efectiva de arquivar a informação, total ou parcial, gerada por este tipo de colaboração.

Interface

De acordo com as directrizes da IFLA, a interface da Bibliografia Nacional deverá ser simples e clara, aproximando-se, em termos de funcionalidades, dos ambientes de pesquisa com os quais os utilizadores estão familiarizados. Na formulação da pesquisa, além de se prever a utilização de palavras-chave (a mais simples e imediata, embora longe de permitir a obtenção do melhor nível de resposta), é importante contemplar a pesquisa pelos pontos de acesso acima considerados, quer individualmente quer de forma combinada, usando, implícita ou explicitamente, os operadores booleanos, assim como a possibilidade de percorrer os índices. Os resultados de pesquisa devem ser claramente apresentados e, de preferência, com várias possibilidades de ordenação, como, por exemplo, o grau de relevância ou a data de edição. Como já se referiu, devem ser contemplados vários formatos de apresentação dos dados e deve ser possível quer a impressão dos registos seleccionados e das listas bibliográficas construídas, quer a sua transferência e gravação para ficheiros – neste caso, a utilização futura dos registos deverá ditar o formato em que essa gravação é feita. Poderá ainda prever-se um guia de apoio à utilização da bibliografia nacional, embora o desejável seja que a necessidade de orientação e ajuda seja nula ou mínima.

Considerações finais

Além de constituir um importante recurso de informação, a Bibliografia Nacional pode efectivamente transformar-se num serviço útil para dar resposta a diferentes necessidades e interesses. Embora, como já

referimos, a actualidade seja um dos factores-chave deste tipo de serviço, ele pode ser igualmente útil pelo seu carácter retrospectivo – e das bibliografias em linha que analisámos a que recua mais no tempo é a portuguesa, se exceptuarmos a FENNICA, que também engloba o livro antigo (desde 1488). Uma vez que a edição da Bibliografia Nacional Portuguesa se baseia nas publicações que foram e vão sendo depositadas na Biblioteca Nacional de Portugal ao abrigo do Depósito Legal e que nem sempre as tipografias têm cumprido com a sua obrigação legal de depósito, existem lacunas na bibliografia nacional actualmente em linha, embora algumas possam já estar colmatadas no catálogo da BNP [9]. Os registos seleccionados para a bibliografia nacional começaram a ser marcados com um campo local a partir do momento em que se iniciou o processamento bibliográfico das obras entradas na BNP em Janeiro de 2008, de modo a permitir a sua identificação automática pelo sistema e tornar mais rápida e simples a sua disponibilização. Para fins de avaliação do futuro serviço prevê-se, além de um contador de acessos, um questionário simples e breve que, periodicamente, possa ser respondido pelos seus utilizadores. O alcance do novo serviço da Bibliografia Nacional em linha, cujo protótipo se encontra em desenvolvimento, será mais visível se uma nova legislação relativa ao Depósito Legal colocar nos editores e não nas tipografias, como acontece agora, a responsabilidade do depósito, permitindo potenciar as acções a desenvolver com os editores no âmbito da Agência Bibliográfica Nacional. A futura alteração do modelo de cooperação da PORBASE poderá igualmente criar outras possibilidades à bibliografia nacional, como a inclusão de registos de publicações portuguesas que eventualmente não existam no catálogo da BNP e que possam ser importados dos catálogos de outras bibliotecas.

NOTAS

[1] A Bibliografia Nacional Britânica abarca a produção editorial do Reino Unido e da República da Irlanda.

[2] Em Espanha, deriva do catálogo da Biblioteca Nacional (BNE), em Itália deriva do catálogo do *Servizio Bibliotecario Nazionale* (SBN), em Portugal do catálogo da BNP, no Reino Unido é um subconjunto do catálogo integrado da *British Library*, na Suécia é um subconjunto da base LIBRIS na Suíça está integrada no catálogo Helveticat, na Holanda está também integrada no catálogo geral da *Koninklijke Bibliotheek*, na Austrália deriva da Base Nacional de Dados Bibliográficos Australiana (ANBD), no Canadá do catálogo colectivo AMICUS e na Nova Zelândia da Base Nacional de Dados Bibliográficos.

[3] *Functional Requirements for Bibliographic Records* – Requisitos funcionais dos registos bibliográficos.

[4] No capítulo “Cataloguing”, a cargo de Alan Danskin.

[5] A UNESCO, por exemplo, para o *Index translationum* ou para a *Bibliografia Internacional sobre Educação* (dois serviços que hoje utilizam a informação retirada da bibliografia nacional) poderia seleccionar directamente os dados pretendidos, diminuindo assim a necessidade de intermediação dos serviços da BNP.

[6] Os dados específicos da cartografia e da música impressa que poderão ser úteis a utilizadores específicos da bibliografia nacional não se encontram contemplados neste quadro.

[7] Um *standard* de metadados para editores e livreiros, mantido pela Book Industry Study Group Inc., dos EUA, em colaboração com a EDItEUR na Europa e com a Book Industry Communication (BIC) no Reino Unido.

[8] Esta possibilidade constitui um aspecto essencial daquilo que Anne-Céline Lambotte e Philippe Cantié, ao proporem um futuro para a bibliografia nacional francesa, designaram por “bibliografia nacional 2.0”, pois procura aproximar a bibliografia nacional da *Web 2.0*, utilizando as suas ferramentas e combinando, assim, inovação técnica e participação social.

[9] Devido ao processo até agora existente de produção da bibliografia nacional, as publicações que a BNP adquire por compra ou oferta para colmatar falhas nas suas colecções não são nela integradas, uma vez que a extracção de registos feita para a Bibliografia Nacional incide sempre sobre as publicações depositadas ao abrigo do DL, num determinado período de tempo, independentemente da data de edição das mesmas.

Referências

CANTIÉ, Philippe; LAMBOTTE, Anne-Céline – *Vers une bibliographie nationale 2.0 ? : Collaboration avec l'utilisateur e usages de la collaboration*. IFLA General

Conference and Council, 74, Québec, 2008 - World Library and Information Congress. [Em linha]. [Consult. 12.02.2010]. Disponível na WWW: <URL: http://archive.ifla.org/IV/ifla74/papers/162-Cantie_Lambotte-fr.pdf>

IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records – *Requisitos funcionais dos registos bibliográficos : relatório final*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008. ISBN 978-972-555-435-4

IFLA Working Group on Guidelines for National Bibliographies - *Guidelines for national bibliographies in the electronic age : draft 2008*. [Em linha]. [Consult. 01.07.2008]. Disponível na WWW: <URL:<http://www.ifla.org/VII/s12/guidelines-national-bibliographies-electronic-age.pdf>>

PARENT, Ingrid – *The importance of National Bibliographies in the Digital Age*. IFLA General Conference and Council, 73, Durban, 2007 - World Library and Information Congress. [Em linha]. [Consult. 26.11.2008]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.ifla.org/IV/ifla73/papers/089-Parent-en.pdf>>

Formatada: Inglês (Reino Unido)

